

Arbitragem Obrigatória

Nº Processo: 66-E/2013-SM

Conflito: art. 538º CT – AO para determinação de Serviços mínimos

Assunto: **GREVE STCP | VÁRIOS SIND | TODOS OS DIAS FERIADOS E AINDA OS QUE FORAM RETIRADOS, CONFORME RESPECTIVO PRÉ-AVISO DE GREVE | SERVIÇOS MÍNIMOS PARA OS DIAS 1, 8 E 25 DE DEZEMBRO DE 2014 – PEDIDO DE ARBITRAGEM OBRIGATÓRIA PARA DETERMINAÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS.**

ACÓRDÃO

I. ANTECEDENTES E FACTOS

1. O Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Norte (STRUN), o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes (SITRA), o Sindicato Nacional dos Motoristas (SNM) e a Associação Sindical de Motoristas dos Transportes Colectivos do Porto (SMTP), apresentaram um pré-aviso de greve dirigido à STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA (STCP) "*para todos os dias feriados e ainda para os que lhe foram retirados, ou seja, para os dias 01/01/2014; 04/03/2014; 18/04/2014; 20/04/2014; 25/04/2014; 01/05/2014; 10/06/2014; 19/06/2014; 24/06/2014; 15/08/2014; 05/10/2014; 01/11/2014; 01/12/2014; 08/12/2014 e 25/12/2014; com início às 00,00 horas de cada um desses dias e termo às 02h00 do dia seguinte*".

2. O pré-aviso de greve consta como anexo da ata da reunião realizada a 18 de Dezembro de 2013, na Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, o qual aqui se dá por integralmente reproduzido.

3. Em 18 de Dezembro de 2013 foi realizada uma reunião na DGERT, convocada ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 538.º do Código de Trabalho (CT). No âmbito da citada reunião não foi alcançado acordo quanto aos serviços mínimos.

4. No dia 18 de Dezembro de 2013, a DGERT enviou à Secretária-Geral do Conselho Económico e Social (CES) o referido pré-aviso, bem como a ata da reunião realizada entre o SNM e a STCP, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de Setembro.

5. Trata-se de uma empresa do Setor Empresarial do Estado, razão pela qual o litígio em causa deve ser apreciado e decidido por Tribunal Arbitral, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 538.º do CT.

6. Em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 24.º e no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, o CES procedeu às diligências legais necessárias à formação do Tribunal Arbitral, cuja composição é a seguinte:

- Árbitro presidente: Luís Pais Antunes;
- Árbitro dos trabalhadores: Eduardo Allen;
- Árbitro dos empregadores: Carlos Proença.

II. AUDIÊNCIA DAS PARTES

7. O Tribunal Arbitral reuniu nas instalações do CES, em Lisboa, no dia 23 de Dezembro de 2013, pelas 11h, tendo procedido a uma primeira apreciação do processo e à audição dos Sindicatos e dos STCP, na pessoa dos respectivos representantes que apresentaram as credenciais juntas aos autos e devidamente rubricadas.

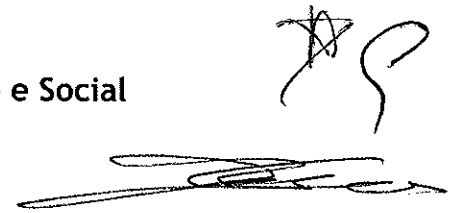
O **SITRA**, o **STRUN** e o **SMTP** fizeram-se representar por:

- Vítor Pereira

O **SNM** fez-se representar por:

- Manuel Oliveira.

Os **STCP** fizeram-se representar por:



- Luísa Campolargo;
- Carlos Militão.

8. Nas reuniões que tiveram com os membros do Tribunal Arbitral, os representantes das partes responderam às questões que lhes foram colocadas e prestaram os esclarecimentos solicitados. Contudo, não se mostraram disponíveis para chegar a qualquer acordo susceptível de dispensar a decisão deste Tribunal Arbitral.

9. Por acórdão de 27 de Dezembro de 2013, o Tribunal Arbitral deliberou, nomeadamente (parte III, Fundamentação):

“7. Resulta do que precede não dispor este Tribunal dos elementos necessários para proceder à fixação de serviços mínimos relativamente às datas constantes do pré-aviso posteriores a Janeiro de 2014 (ou seja, para os dias 04/03/2014; 18/04/2014; 20/04/2014; 25/04/2014; 01/05/2014; 10/06/2014; 19/06/2014; 24/06/2014; 15/08/2014; 05/10/2014; 01/11/2014; 01/12/2014; 08/12/2014 e 25/12/2014).

8. Em conformidade, o presente acórdão tem unicamente por objecto a greve decretada para o período compreendido entre as 00h00 do dia 1 de Janeiro e as 02h00 do dia 2 de Janeiro de 2014, devendo este Tribunal pronunciar-se sobre as greves nas datas posteriores em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, ou seja até 48h antes do respetivo início.”

10. A decisão então adotada pelo Tribunal Arbitral limitou-se, assim, a definir os serviços mínimos a fixar para o dia 1 de Janeiro de 2014.

11. Posteriormente, foram os representantes das partes convidados, por mensagens de correio electrónico dirigidas a 24 de Fevereiro, 10 de Abril, 2 e 4 de Junho e 19 de Setembro de 2014, a pronunciarem-se por escrito sobre a fixação de serviços mínimos para as greves a decorrer, respectivamente, no dia 4 de Março, nos dias 18, 20 e 25 de Abril e 1 de Maio e nos dias 10, 19 e 24 de Junho, no dia 15 de Agosto e nos dias 5 de Outubro e 1 de Novembro de 2014 – o que fizeram atempadamente –, vindo este Tribunal a adoptar novas decisões, por acórdãos datados de 28 de Fevereiro, 15 de Abril,

5 de Junho e 1 de Outubro de 2014, em que fixou os serviços mínimos para os períodos em causa.

12. No dia 21 de Novembro de 2014 foram, de novo, os representantes das partes convidados a pronunciarem-se por escrito sobre a fixação de serviços mínimos para as greves previstas para os dias 1, 8 e 25 de Dezembro de 2014.

13. Em linha com as respostas já remetidas por ocasião das anteriores greves:

- o SITRA considerou que *“...não deverá haver lugar à definição de serviços mínimos de circulação de viaturas, para os períodos de greve referidos no respetivo aviso prévio, porquanto, haverá alternativa de transportes na área abrangida pela STCP e neste período, assegurada por outras empresas congéneres”*;
- o SMTP alegou que *“mantendo-se até à data os pressupostos dos restantes pré-aviso de greve não deverá existir serviços mínimos nos dias 01 08 e 25 Dezembro, tanto mais que a Empresa (STCP) autoriza a dispensa de prestação de trabalho nesses dias (feriados atuais) tendo sempre disponíveis nesses dias os trabalhadores não aderentes da greve”*;
- o STRUN declarou *“não aceita[r] os serviços mínimos em virtude de haver vários operadores privados a operar na área do grande Porto e não estão em greve”*;
- o SNM reiterou a sua posição inicial no sentido da *“desnecessidade de definição de serviços mínimos”*, reportando-se *“ao acórdão do processo referenciado, com especial importância para a matéria transcrita nas alíneas do ponto 12 da sua própria fundamentação”*, sublinhando igualmente que *“as subseqüentes propostas da STCP SA, face às também subseqüentes decisões do tribunal arbitral - sempre vão ao encontro das decisões mais benéficas -, sem que seja indicado efetivamente quais as verdadeiras necessidades sociais impreteríveis, mas sim em genérico um grupo de serviços que apenas visa minimizar o efeito da greve e em concreto nos eixos de maior procura, que na sua grande parte são operados*



simultaneamente por outros operadores, como seja o caso do Metro do Porto, da CP e dos demais operadores rodoviários de passageiros”;

- os STCP consideraram *“imprescindível a manutenção de cerca de 20% dos serviços definidos para os dias em causa, num total de 159 serviços para o dia 1 de dezembro, por se tratar de um dia de semana (segunda-feira) e de 75 serviços para os dias 8 e 25 de dezembro”*, juntando mapas detalhados.

14. O Tribunal Arbitral reuniu no dia 26 de Novembro de 2014 para apreciar o processo e analisar as comunicações remetidas pelos representantes das partes.

III. FUNDAMENTAÇÃO

15. Considera o Tribunal, em primeiro lugar, que, tendo em conta a relativa proximidade dos três dias de greve, se justifica proceder à sua análise conjunta do ponto de vista da eventual fixação de serviços mínimos.

16. Deve igualmente relevar-se que, muito embora tanto o dia 1 de Dezembro como o dia 8 de Dezembro coincidam com uma segunda-feira, apenas o primeiro deixou de ser dia feriado. Merece também destaque o facto de o dia 25 de Dezembro corresponder ao Dia de Natal, dia caracterizado por um número claramente mais reduzido de deslocações de pessoas. Refira-se, por fim, ter sido recebido no CES, no dia 24 de Novembro de 2014, um *“pedido de arbitragem obrigatória para determinação de serviços mínimos na sequência de pré-aviso de greve conjunto apresentado pelo (a) STRUN – Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Norte, SNM – Sindicato Nacional dos Motoristas, SITRA – Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes, STTAMP – Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes da Área Metropolitana do Porto, SMTP – Associação Sindical de Motoristas dos Transportes Colectivos do Porto e SinCESAHT – Sindicato do Comércio, Escritórios, Serviços, Alimentação, Hotelaria e Turismo, na empresa STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., para o período entre as 00h00 do dia 9 de dezembro de 2014 e as 02h00 do dia seguinte, nos termos definidos no respetivo aviso*

prévio". Em consequência, as necessidades sociais impreteríveis a atender podem apresentar contornos diferentes consoante os dias em causa.

17. A CRP garante o direito à greve dos trabalhadores (cf. artigo 57.º, n.º 1, da CRP), remetendo para a lei *"a definição das condições de prestação, durante a greve de serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como de serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis"* (artigo 57.º, n.º 3, da CRP). Nestes termos, o CT prevê a obrigação de as associações sindicais e dos trabalhadores aderentes assegurarem, durante a greve, a *"prestação dos serviços mínimos"* indispensáveis à satisfação de *"necessidades sociais impreteríveis"* (n.ºs 1 e alínea h) do n.º 2 do artigo 537.º CT).

18. A fixação de serviços mínimos depende, assim, da existência de necessidades sociais impreteríveis. A verificação da existência de necessidades sociais impreteríveis para efeitos de fixação de serviços mínimos deve fazer-se, em primeira linha, por referência aos valores constitucionais e aos direitos fundamentais dos cidadãos que importe compatibilizar com o direito à greve. Mas exige igualmente que sejam tomadas em devida consideração as circunstâncias específicas de cada caso concreto, desde logo a questão de saber se o exercício do direito à greve num dado contexto temporal restringe ou põe em causa o exercício, em concreto, de outros direitos fundamentais.

19. A deslocação das pessoas tem sido considerada de forma consistente como uma necessidade social impreterível, tendo em conta o direito fundamental autonomamente previsto e garantido pela CRP no seu artigo 44.º. De igual modo, tem sido considerado que este direito fundamental é, frequentemente, pressuposto do exercício de outros direitos fundamentais constitucionalmente protegidos.

20. Não se ignora também a relevância que podem assumir as deslocações para obtenção de cuidados enquanto utentes de serviços de saúde ou, ainda, para apoio a familiares ou pessoas em situação de fragilidade, nomeadamente idosos, as quais configuram situações susceptíveis de ser qualificadas como necessidades sociais impreteríveis.

21. Definida que esteja a existência de necessidades sociais impreteríveis a cuja satisfação importa ocorrer, impõe-se definir quais os serviços mínimos cuja prestação é indispensável para assegurar a satisfação daquelas necessidades.

22. A este propósito, deve sublinhar-se que a fixação, em concreto, dos serviços mínimos dependerá, ainda, da existência de outras greves no sector dos transportes (incluindo na mesma empresa) e do impacto que um eventual efeito cumulativo de tais greves poderá implicar em termos de restrições ao exercício de outros direitos fundamentais dos cidadãos que importe compatibilizar com o direito à greve.

23. Da análise em concreto do potencial conflito entre o exercício constitucionalmente garantido do direito à greve no caso presente e a satisfação de necessidades sociais impreteríveis parece resultar, desde logo, que os dias em que esse conflito aparenta ser menos intenso são os dias 8 e 25 de Dezembro. Não pode ignorar-se, contudo, o facto de o primeiro desses dias estar “encostado” a uma greve entretanto anunciada nos STCP para o dia seguinte, pelo que o facto de a greve em dia feriado anteceder nova greve prevista para o dia seguinte não pode deixar de ser tomada em consideração. Já o Dia de Natal caracteriza-se por uma significativa diminuição do número de deslocações no perímetro urbano, não obstante a existência de comemorações religiosas e a tradição de reunião familiar associada a esse dia.

24. Situação diferente é a que se verifica no dia 1 de Dezembro. Trata-se de uma segunda-feira que corresponde a um dia normal de trabalho em que as necessidades de deslocação das pessoas são forçosamente maiores. Impõe-se, por conseguinte, adoptar uma solução em termos de fixação de serviços mínimos que, sem pôr em causa o legítimo exercício do direito à greve, não descure as necessidades sociais impreteríveis a cuja satisfação importa ocorrer nos diferentes dias abrangidos pela greve decretada.

25. Em face do que precede, e tendo em conta os limites decorrentes do princípio da proporcionalidade, nas suas vertentes de “necessidade”, “adequação” e “proporcionalidade em sentido restrito”, o Tribunal Arbitral entende:

- não se justificar a fixação de serviços mínimos relativamente ao período compreendido entre as 00h00 do dia 25 de Dezembro e as 02h00 do dia 26 de Dezembro de 2014;
- justificar-se a fixação de serviços mínimos relativamente aos períodos compreendidos entre as 00h00 do dia 1 de Dezembro e as 02h00 do dia 2 de Dezembro de 2014 e entre as 00h00 do dia 8 de Dezembro e as 02h00 do dia 9 de Dezembro de 2014.

26. A limitação dos serviços mínimos a fixar decorre igualmente do facto de não estarem previstas outras greves do sector dos transportes na área do Porto, prevendo-se que o metro mantenha o seu normal funcionamento e que se encontre também assegurado o serviço de transporte rodoviário de passageiros por empresas privadas.

IV. DECISÃO

Pelo exposto, o Tribunal Arbitral decidiu, por unanimidade:

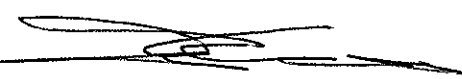
- 1.** Não fixar serviços mínimos para o período compreendido entre as 00h00 do dia 25 de Dezembro e as 02h00 do dia 26 de Dezembro de 2014.
- 2.** Fixar serviços mínimos para os períodos compreendidos entre as 00h00 do dia 1 de Dezembro e as 02h00 do dia 2 de Dezembro de 2014 e entre as 00h00 do dia 8 de Dezembro e as 02h00 do dia 9 de Dezembro de 2014, nos termos indicados nos mapas constantes dos Anexos 1 e 2.
- 3.** Devem ser assegurados os serviços necessários à segurança das instalações e do equipamento, no âmbito da responsabilidade dos trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso de greve.
- 4.** Devem ser assegurados os serviços necessários ao funcionamento de portarias.
- 5.** Devem ser assegurados os serviços necessários ao funcionamento do carro de apoio à desempanagem e linha aérea.

6. Devem ser assegurados os serviços necessários ao funcionamento do posto médico.
7. Devem ser igualmente assegurados outros serviços que, em função de circunstâncias concretas e imprevisíveis, venham a mostrar-se necessários à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.
8. Os meios humanos necessários para assegurar os serviços mínimos são designados, nos termos legais, pelos associações sindicais que declararam a greve, até 48 horas antes do início do período de greve ou, se estes não o fizerem, deve a empresa proceder a essa designação, tendo em atenção os princípios da necessidade e da adequação.
9. A prestação dos serviços mínimos deve ser satisfeita pelos trabalhadores não aderentes à greve. Para o efeito, a empresa deve alocar, tanto quanto possível, a prestação desses trabalhadores às carreiras indicadas no mapa anexo. O recurso à prestação de trabalho de aderentes à greve apenas será possível quando as necessidades correspondentes não puderem ser satisfeitas através do recurso ao trabalho de não aderentes à greve.

Lisboa, 26 de Novembro de 2014

Árbitro Presidente _____

(Luís Pais Antunes)

Árbitro de Parte Trabalhadora _____

(Eduardo Allen)

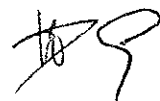

Árbitro de Parte Empregadora _____

(Carlos Proença)

ANEXO 1

Linhas a assegurar entre as 00h00 do dia 1 de Dezembro de 2014 e as 02h00 do dia 2 de Dezembro de 2014, ao abrigo dos serviços mínimos fixados pelo Tribunal Arbitral

Linha	Número de serviços		
	Diurno	Nocturno	Madrugada
200	4	1	
201	4		
204	4		
205	5	1	
207	2		
208	4		
305	4	1	
500	3		
501		1	
502	3		
600	5	1	
602	3		
701	4	1	
702	3	1	
704	4		
800	3	1	
801	3	1	
901/906	4	1	
903	4	1	
907	2		
1M			1
4M			1
5M			1
7M			1
10M			1
13M			1
TOTAL	68	11	6

ANEXO 2

Linhas a assegurar entre as 00h00 do dia 8 de Dezembro de 2014 e as 02h00 do dia 9 de Dezembro de 2014, ao abrigo dos serviços mínimos fixados pelo Tribunal Arbitral

Linha	Número de serviços		
	Diurno	Nocturno	Madrugada
200	2	1	
201	2		
204	2		
205	3	1	
208	3		
305	2	1	
500	2		
501		1	
502	2		
600	3	1	
701	2	1	
702	2	1	
704	2		
800	3	1	
801	3	1	
901/906	2	1	
903	2	1	
907	2		
1M			1
4M			1
5M			1
7M			1
10M			1
13M			1
TOTAL	39	11	6